

# GEOGRAFIA DA SOBREVIVÊNCIA: OS DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

Benedito de Matos Souza Junior<sup>1</sup>  
Claudia Cleomar Araújo Ximenes Cerqueira<sup>2</sup>  
Cleber Costa Maximiano Rocha<sup>3</sup>  
Adriana Correia de Oliveira<sup>4</sup>  
Marília Locatelli<sup>5</sup>

**Resumo:** A Geografia tem o desafio de estudar o espaço em que ocorrem mudanças de suas características originais, os desafios da inclusão no espaço escolar é uma delas. Denominada neste estudo como Geografia da Sobrevivência, esta pesquisa pontua a inclusão das pessoas com necessidades especiais como elemento fundamental para a equidade social. O objetivo deste artigo é apresentar o discurso teórico acerca da importância do professor e da comunidade escolar no processo da inserção do indivíduo com necessidades educacionais especiais no ensino regular. O método utilizado é o estudo bibliográfico, com ponderações dos autores. A principal conclusão é de que o professor é o principal agente facilitador entre aqueles que estão classificados como *normais* e os que necessitam de condições especiais humanas e estruturais no espaço escolar.

**Palavras-Chaves:** Aprendizagem. Ensino Regular. Inclusão Escolar.

## INTRODUÇÃO

A sobrevivência por si já é um desafio, imagina então, como se processa a luta interna de pessoas que sofrem de algum tipo de deficiência! A luta destas pessoas é ainda maior do que das pessoas que não possuem algum tipo de necessidades especiais. Há uma luta consigo e com o mundo, inundado de sentimentos preconceituosos. É a lágrima, é o sorriso, é a tristeza e a alegria que tem que ser conquistadas a todo o momento, por si e pelos outros.

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Pimenta Bueno – FAP e, membro da Empresa Junior da FAP e acadêmico do colegiado de Ciências Contábeis da FAP, membro do grupo de Pesquisa e estudos Ambientais GEOCONTÁBEIS. E-mail: [beneditojuniorpbr@gmail.com](mailto:beneditojuniorpbr@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Geografia e Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, especialista em Administração Pública, em Gestão Financeira e em Docência do Ensino Superior e em História Regional pela Faculdade de Pimenta Bueno - FAP. Professora de Ensino Superior. Membro do LABICART. Membro da APECs-Brasil. E-mail: [profa.ximenescerqueira@gmail.com](mailto:profa.ximenescerqueira@gmail.com).

<sup>3</sup> Licenciatura em História pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, especialização em História Regional pela Faculdade de Pimenta Bueno - FAP. E-mail: [cleber\\_maximiano@hotmail.com](mailto:cleber_maximiano@hotmail.com).

<sup>4</sup> Mestre e Bacharel em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. Professora de Ensino Superior. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGENERO. E-mail: [adriana.kant@gmail.com](mailto:adriana.kant@gmail.com).

<sup>5</sup> Ph.D. em Ciência do Solo - North Carolina State University (2000) - reconhecido pela Universidade Federal de Viçosa (Brasil), como Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas, em 2007. Mestrado em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (1984). Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (1981). Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, professora do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Membro do LABICART. E-mail: [marilia@cpafro.embrapa.br](mailto:marilia@cpafro.embrapa.br).

Os desafios da inclusão escolar vão além dos muros escolares, quando as pessoas que deveriam apoiar o indivíduo com necessidades especiais não aceitam as deficiências, a incapacidade e o impedimento daquele que está ao seu lado. Nas escolas se discute uma aceitação medíocre, uma inclusão embriatária que condensa a evolução humana, condenando o outro e a si mesmo a uma vida sem luz, sem brilho, sem direito a vida com toda a sua plenitude.

Não é pretensão de este estudo ser apelativo, contudo, percebe-se que o educador perde-se em si e esquece que os desafios da inclusão são para serem superados e que o elo nesta importante passagem do passado para o futuro é o professor; que está lá na sala de aula em contato direto com o aluno, formando opiniões, cidadãos para o mundo. Dando início a este processo com a inclusão escolar, ambiente em que a criança terá contato direto com outras crianças e ali, o professor poderá combater o preconceito e disseminar a idéia de que todos possuem algum tipo de deficiência; ninguém é totalmente *completo, normal*.

## **1 BUSCA PELA EQUIDADE SOCIAL**

A importância em desenvolver um trabalho de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas de ensino regular consiste não só no cumprimento da Lei de Diretrizes de Base – LDB (BRASIL, 1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 2001) e da Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988) vigente, mas de humanização, elevando o número de pessoas usuárias do serviço educacional no país.

Isso por si só já justifica a pesquisa, mas cabe acrescentar que o analfabetismo é combatido, a oportunidade de se fortalecer na educação é para todos, contudo, nem sempre são dadas condições para isso, muitas vezes, esta oportunidade de socialização fica na *intenção* e não na prática. Principalmente pela falta de preparo da escola, tanto da estrutura física quanto da estrutura humana. No contexto cabe o destaque para Vagula e Vedoato (2014, p. 4) as quais pontuam que “A perspectiva inclusiva abrange novas atitudes, materiais, recursos físicos, um currículo multicultural aberto à diversidade”.

Percebe-se certa fragilidade nos professores quanto a este assunto, está socialização pertence além do com necessidades especiais, aos outros alunos, aos professores, assim como a toda comunidade escolar. Oportunamente, procura-se valorizar o indivíduo de forma a mostrar a importância da inclusão, todavia, o foco está voltado, principalmente para as dificuldades encontradas pelos professores quanto à inclusão com necessidades especiais no ensino regular.

A inclusão de indivíduos com necessidades especiais nas escolas é uma realidade que se tem figurado a nível mundial. Sabe-se que nem todas as escolas estão preparadas para receber a pessoa com necessidades especiais (PNE) e por vários motivos. Entre eles, porque os professores não estão preparados para atender esta demanda e porque os escolares que não têm necessidades especiais não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com NE. O que gera uma inclusão excludente, onde a comunidade escolar finge que esta recebendo o aluno e a sociedade que esta proporcionando a inclusão de PNE, o que precisa é uma inclusão de verdade.

## 2 LEGISLAÇÃO E HISTÓRICO

Por muito tempo se acreditou que pessoas com deficiência física ou psicológica, tratava-se de uma aberração da natureza e que por conta disto precisava ser eliminada da fase da Terra. Essa cultura estranha vem desde o mundo primitivo, quando a humanidade vivia em grupos sociais e dependiam de sua estrutura física para sobreviver da caça, do frio; na antiguidade crianças que nasciam com algum tipo de deficiência física eram lançadas à morte; com o Cristianismo essas pessoas eram *dignas* de piedade, contudo relegadas a sua sorte por serem o *reflexo de pecado* (DELUMEAU, 1989).

No século XVI, com a ciência começou a preocupação com a cura, mas o capitalismo continuou com a cultura de segregar estas pessoas, agora em manicômios. “Embora as práticas de segregação ainda não estejam superadas, caminham-se para o reconhecimento dos direitos iguais e a inclusão. Porém, o caminho esta no início, é longo e há muito, a saber, e a fazer” (SENAI-PR, 2005, p. 9).

Em 1961, com a Lei nº. 4.024/61 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 8.692, o Brasil levanta a bandeira da importância de se incluir na sociedade pessoas com necessidades especiais, assim como atribui deveres ao Estado e, através destas leis se tem procurado assegurar algum direito do cidadão em relação à Educação Especial (BRASIL, 1996).

A LDB (BRASIL, 1996), Lei nº. 9.393/96, destaca a importância da educação da pessoa com necessidades educativas especiais, dedicando todo o capítulo V a este ponto. Esse artigo refere-se à obrigação do Estado em promover ações que possibilitem a inclusão destas pessoas dentro da rede regular de ensino, possibilitando, através do artigo 58, parágrafo primeiro, serviços de apoio especializado (inclui toda a sociedade escolar), na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial, com professores

especializados.

Em 1996, projeto de Lei de Diretrizes de Bases para a Educação Nacional foi substituída por outra, permanecendo o mesmo nome, esta teve recuos e avanços consideráveis como necessário, por doutores das leis e das letras, é a que se encontra em vigor – Lei 9394/96. Esta lei proporciona ao indivíduo com necessidade especial oportunidade de se ter uma vida mais próxima possível da “normal”. No Capítulo III da Constituição da República intitulado da Educação, da Cultura e do Desporto, art. 205, está estabelecido:

Art. 205: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além do Ensino Fundamental, em caráter obrigatório e gratuito para todos, é tornado dever do Estado o oferecimento de programas suplementares necessários ao atendimento do educando nesse nível da escolarização. É também assegurado, com preferência para a rede regular de ensino, o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência.

O artigo 1º da “Declaração Mundial de Educação para Todos” discute a educação como estratégia para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, para que toda pessoa possa desenvolver suas potencialidades, saber como obter informação e conhecimentos, e assumir atitudes e valores em favor do bem comum. A universalização do acesso a uma educação de igual qualidade para todos influenciou o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira. Seus autores buscaram no conceito de padrão unitário de qualidade, Grat (1998), argumenta que um sistema não é unidade na identidade, uma unidade monolítica indiferenciada, mas unidade na diversidade, um todo que articula a uma diversidade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isto perdem sua própria identidade.

O marco deste processo de inclusão deu-se com a Declaração de Salamanca em 1994, quando se passou do pensar a ação, tirando dos discursos para a realidade à inclusão escolar. Em 1996 a Lei de diretrizes de Base (BRASIL, 1996), deixa verbalizada que quando necessário às escolas com ensino regular deveriam se preparar para atender os alunos com necessidades educacionais especiais sem que a estes nada faltasse e,

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para educação de qualidade para todos

(PEREIRA, 2007, p. 2).

A história conta com fatos que demonstram uma preocupação latente no ser humano de se harmonizar o mundo, com suas infinitas particularidades. Como diz Freire (1998, p. 47):

[...] a experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar "virgem" do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção.

Além disso, afirma que a diferença é própria da humanidade e que esta, portanto, não pode ser fator de discriminação. Nesse sentido coloca entre os pontos que foram proclamados que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança e ser capaz de satisfazer tais necessidades.

Glat (1998, p.45) aponta alguns problemas entre o discurso e a prática na social da educação para a integração, afirmando que:

Apesar da integração dos portadores de deficiência ser o discurso dominante na Educação Especial no mundo todo, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação, esses indivíduos, mesmo aqueles inseridos no sistema regular de ensino ou em empregos competitivos, continuam na grande maioria dos casos socialmente isolados dos seus colegas não deficientes.

[...] o problema não é, em sua essência, de natureza legal ou ocupacional, mas sim de natureza relacional, e somente sob esse prisma pode ser melhor compreendido, e quem sabe, minimizado.

[...] a questão da integração dos deficientes envolve antes de mais nada o relacionamento entre essas pessoas e os considerados normais .

Com efeito, o contato que se passa a ter com outras formas de pensar e agir, coloca o professor frente a mudanças e alterações na constituição da sociedade, implicando em mudanças também na constituição psíquica do homem. A inclusão é consequência de uma escola de qualidade, isto é uma escola capaz de perceber cada aluno como um enigma a ser desvendado. O que percebe é que a criança com necessidade especial, na escola inclusiva, hoje, denuncia a falência do sistema escolar, e a má gestão escolar (GLAT e NOGUEIRA, 2007).

No processo de inclusão às escolas regulares são de suma importância, pois é neste processo que o aluno com necessidade especial terá base segura (ou não) para o seu ingresso, pois o aluno com necessidades educativas especiais necessita de atividades compartilhadas com crianças com e sem necessidades especiais, tanto quanto o aluno considerado "normal".

A orientação proposta nos PCNs está situada nos princípios construtivistas e apóia-se em um modelo de aprendizado que reconhece a participação construtiva do aluno, a intervenção do professor nesse processo e a escola como um espaço de formação e informação no qual a aprendizagem de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades operatórias favoreçam a inserção do aluno na *sociedade* que o cerca e, progressivamente, em um universo cultural mais amplo (BRASIL, 2001).

Para que essa orientação se transforme em uma realidade é essencial à interação do PNE com o objeto a ser conhecido e, assim, à multiplicidade na proposta de ensino e aprendizagem, concretiza e materializa essas interações. A inclusão requer interesse de todo um conjunto de pessoas (professores, pais, equipe de apoio, equipe administrativa, colegas e o próprio aluno com necessidades especiais). Nesse particular, é importante que o professor possa organizar as atividades para simbolizar desafios intrigantes e estimulantes, mas possíveis de serem concretizados pelos alunos, individualmente ou em grupo.

A inclusão caracteriza-se como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, consideradas diferentes da comunidade a que pertença. Ela ocorre num processo bilateral no quais as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam juntas, equacionar problemas, discutir soluções e equiparar oportunidades para todos.

Segundo o Instituto Ethos (2002) estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) calculam em cerca de 610 milhões o número de pessoas com deficiência no mundo, das quais 386 milhões fazem parte da população economicamente ativa. Avalia-se que 80% (oitenta por cento) do total destes deficientes vivam nos países em desenvolvimento.

No Brasil, segundo o Censo realizado em 2000 pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e divulgado em 2002, segundo o Instituto Ethos (2002), existiam no início do século XXI 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência e, este número dobrou em 2010. O critério, utilizado pela primeira vez nesse levantamento, foi o da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Conforme esse conceito, 14,5% da população brasileira apresenta alguma deficiência física (dificuldade para enxergar, ouvir ou locomover-se) ou mental. Sejam estas deficiências aceitas ou não pela sociedade.

A inclusão é o crescimento de todos no respeito à diferença, no convívio com a diversidade. Trata-se de um longo caminho que se inicia. Cada ser humano é singular. Nada no mundo é igual ao outro. Todavia, todos, em teoria, têm os mesmos direitos. E, é por esses direitos que parte da sociedade luta a preservar (SENAI, 2005). A escola, quanto formadora de opiniões, modeladora de cidadãos, reflexiva e senhora de um grande poder de persuasão,

deve atender as necessidades da sociedade.

### **3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Com os avanços teóricos na Educação, novas abordagens vêm surgindo, e a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais, vêm contribuindo para levar a disciplina a um lugar de destaque na “formação de cidadãos críticos, participativos e com responsabilidades sociais”. Porém, com todos estes avanços na Educação Escolar, neste país, ainda está enraizado um modelo Biológico (físico) de homem, e muitos profissionais ainda estão preocupados com o corpo e suas capacidades fisiológicas, mantendo-se assim a educação seletiva, postergando a inclusão.

O conceito de escola inclusiva, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), implica em uma postura mais arrojada da escola regular, de forma que as escolas, tenham a responsabilidade, a obrigação de propor, impreterivelmente, no seu

[...] projeto político-pedagógico, no currículo, metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade (GLAT e FERNANDES, 2007, p. 6).

Os temas transversais nas aulas, que são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Orientação para Trabalho e Consumo, o professor deve estimular uma reflexão, e assim contribuir para uma visão crítica da disciplina dentro do meio social, assim sendo a escola inclusiva reflete uma mudança no seu objetivo onde um deles é formar cidadãos (BRASIL, 2001).

Segundo estudo de Glat e Fernandes (2005), os desafios no século XXI, da Educação Inclusiva brasileira firmam-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que dêem oportunidade de evidenciar os resultados dos programas implementados. Assim como assimilação de experiências de que obtiveram sucesso e implementação de programas de capacitação de recursos humanos que englobam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino vigente.

Os autores supracitados apontam, também, para o fomento de formas de participação das comunidades escolares na construção dos planos estratégicos de ação para tornar as suas

escolas mais inclusivas, valorizando e utilizando os recursos já existentes, levando-se em conta as particularidades contextuais e locais.

#### **4 O PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

O professor é o elo que liga o aluno com necessidades especiais aos outros alunos, assim como a toda comunidade escolar, dando-se desta forma a inclusão, propriamente dita. Esta força atribuída ao professor esta no fato deste estar ligado diretamente ao aluno. Respalda esta afirmativa, Jesus e Martin (2007, p. 3) que destacam a importância do papel do professor, principalmente no Ensino Fundamental, para o processo de inclusão escolar:

Têm um papel fundamental na motivação dos alunos para as atividades escolares, tendo em conta que as atitudes em relação à escola e aos professores são adquiridas nesta fase. Além disso, têm uma maior possibilidade de influenciar os alunos, contribuindo para a sua inclusão, porque podem desenvolver uma relação mais próxima (podem gerir mais facilmente a concretização dos programas, têm menos alunos por turma e um contacto diário e personalizado com estes) e porque os próprios alunos são mais receptivos à influência do professor nesta fase do seu desenvolvimento.

Diante deste contexto, segundo Sant'Ana (2005, p. 228), “torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos”. Isto bate novamente no que se tem discutido há mais de 3 décadas por estudiosos da educação.

Paralelamente a uma gama de educadores irresponsáveis há um número considerável de educadores ávidos por melhoras no sistema educacional brasileiro. A estes educadores sobra o árduo, porém necessário, responsabilidade de disseminar a idéia de que o ofício de professor é um das mais belas profissões e dos mais difíceis de executar. Pois, Observe que as condições de ensino neste país são precárias, mas que há cidadãos responsáveis e éticos promotores de projetos que visam à melhoria da qualidade do educar, do ensino, da vida.

Agir exige saber, e este saber envolve o conhecimento e a aceitação de que o educar não é apenas entrar em sala de aula e “dar o conteúdo”; é levar o aluno a refletir, preparar-se para a vida, interagir com aluno, com os pais, consigo, com a sociedade e por fim fazer com que retribuam o que estão recebendo para a sua formação, disseminando todo o conhecimento apreendido (JESUS e MARTINS, 2007).

O estudo contínuo do professor, neste contexto, é atribuído à necessidade que se tem em não permitir que o este seja um mero transmissor. O que o professor precisa é de assumir seu papel como formador de cidadãos éticos e comprometidos com a coletividade. Na

concepção de Weisz (1998, p. 118), o papel do professor é de “criar ou adaptar boas situações de aprendizagem reais, adequadas aos seus alunos, cujos percursos de aprendizagem ele precisa saber reconhecer”.

O saber científico que o professor apresenta aos alunos é de suma importância no processo de ensinar, mas nem de longe o é absoluto, na medida em que se deve dar espaço aos valores inerentes à formação tanto do caráter como do senso crítico, embasados que são em conteúdos intrínsecos ao que de humano possui. É preciso que se leve em consideração, tanto ao aprender quanto ao ensinar, as medidas possíveis das quais o educador dispõe, sejam as de superação, seja as de falibilidade na atuação particular a cada indivíduo (FREIRE, 1998).

Muitos professores tentam fazer de seus alunos meros receptores de idéias pré-estabelecidas, Freire (1997) se opunha a esta idéia, referindo-se a isso como: “educação bancária”, uma vez “para mudar é preciso reconstruir toda a prática a partir de um novo paradigma teórico” (WEISZ, 1998, p. 58).

É necessário que a prática pedagógica respeite à individualidade de cada aluno, cada indivíduo comporta um grau de conhecimento, de uma experiência, baseado normalmente em sua história de vida, construções e idéias que o professor elaborou e que, no mais das vezes, não foram ensinadas pelo professor, mas construídas pelo aprendiz.

É viável advertir para a necessidade de se observar onde a criança errou, para que o professor descubra o que ela tentou fazer, em vez de dizer simplesmente ‘está errado’, seria mais interessante perguntar a criança e dessa forma o professor poderá fazer com que o aluno reflita e procure por soluções.

Percebe-se que cabe ao professor organizar situações de aprendizagem, pois segundo Weisz (1998, p. 67),

Construir situações que se orientem por esses pressupostos exige do professor competência para estabelecer os desafios adequados para seus alunos, que são os que ficam na interseção entre o difícil e o possível. [...] o desafio do professor é armar boas situações de aprendizagem para os alunos: atividades que representem possibilidades difíceis, mas coloquem dificuldades possíveis.

O ato de ensinar, segundo Freire (1998, p. 102), “exige segurança, competência profissional e generosidade”. Professores há que se preparar e ter a capacidade de doação, embora tecnicamente preparados não disponham das capacidades mais básicas como, por exemplo,. A capacitação humana dotada de valores morais e éticos pelo professor envolve aquele que aprende na confiança e no respeito, tanto de seus particulares princípios como de seu entendimento de mundo.

O professor trabalha sobre dois eixos norteadores, um é o planejamento da à situação de aprendizagem e o outro é a intervenção no processo que está acontecendo. “Numa concepção construtivista de aprendizagem, a função da intervenção do professor de atuar para que os alunos transformem seus esquemas interpretativos em outros que dêem conta de questões mais complexas que as anteriores” (WEISZ, 1998, p. 84-85).

Em um processo, no qual o professor recebe uma confiança inigualável, os quais, responsáveis colocam em suas mãos, crianças com ou sem deficiências, para o ensino e aprendizagem fica o educador, preposto da formação acadêmica e cidadã destes que no amanhã serão ou não mensageiros de uma visão inclusiva, justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há muitos desafios iminentes na sociedade para a conscientização e a abordagem dos direitos humanos, um desses desafios e a tarefa do professor transferir aos seus alunos a importância da inclusão social dos portadores de necessidades especiais na sociedade, através dos direitos humanos, devido às dificuldades de acessibilidade encontradas em diversos locais no Brasil e no mundo.

O intenso movimento em prol da inclusão social leva educadores de todo o Brasil repensar os seus conceitos, observando que a preocupação vai das grandes metrópoles aos pequenos centros, pois o mundo está globalizado, as informações em tempo real estão à disposição em todos os cantos do Planeta. Assim, as mudanças clamadas pelos sociólogos, professores, defensores dos direitos humanos, de psicólogos, psicopedagogos e tantos outros profissionais estão provocando uma conscientização global, mesmo que esteja sendo lenta e que tenha, ainda, pessoas que interferem negativamente neste processo de inclusão social.

Por muito tempo se atribuíam inclusão aqueles com algum tipo de deficiência, esta cultura era disseminada fora e dentro das escolas, mas, defende-se nessa pesquisa a idéia de que a inclusão é para todos. Uma escola aberta resgata os excluídos por deficiência física, mental e, também os excluídos por sua classe social, cultural, religiosa e econômica e é neste contexto, que se clama por educadores reflexivos e atuantes.

A inclusão de indivíduos com necessidades especiais em escolas de ensino regular é uma realidade que muito tem para melhorar, mesmo que esteja em todo Brasil se oferecendo cursos de capacitação para que as escolas que atuam em territórios nacionais sejam enquadradas nas determinações da LDB, CF e PCN. Mesmo assim, muito têm a fazer nos incentivos ao respeito e aceitação do seu próximo com os limites de cada um.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei n. 9394, de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCN - Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Senado Federal **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **De princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Salamanca: 1994. Disponível em [www.cedipod.org.br/salamanc.htm](http://www.cedipod.org.br/salamanc.htm). Acesso em: 17 de junho de 2016.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. 5. reimp, São Paulo: Schwarcz, 1989

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Artigo publicado na **Revista Inclusão** nº 1, 2005, MEC/SEESP. Disponível em: [http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros\\_artigos/pdf/Edu\\_segrega.pdf](http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/Edu_segrega.pdf). Acesso em: 17 de junho de 2016.

GLAT, Rosana. NOGUEIRA, Mário Lima. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. Disponível em: <http://www.unimep.br/fch/revcomunica/jun%202003/08.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência** [2005]. Disponível em [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br). Acessado em: 17 de junho de 2016.

JESUS, Saul Neves de; MARTINS, Maria Helena. Práticas educativas para a construção de uma escola inclusiva. *In: Pedago Brasil: o futuro do planeta sem suas mãos*. Disponível em: <http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/praticaseducativas.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

PEREIRA, Marilú Mourão. Inclusão Escolar: Um desafio entre o ideal e o real. *In: Pedago Brasil, Educação Especial*. Disponível em: <http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/agos. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2016.

SENAI-PR, Serviço nacional de Aprendizagem Industrial. **Eliminando barreiras por uma cultura inclusiva**. Curitiba, 2005.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1998.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina: UNOPAR, 2014.